

Brasil usará US\$ 1 bi do pacote do FMI

Economia - Brasil

ANA D'ANGELO E UGO BRAGA

BRASÍLIA – Depois de oito meses sem recorrer ao pacote de ajuda externa, o Brasil decidiu voltar a sacar o dinheiro do empréstimo concedido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Na próxima terça-feira, o Banco Central vai retirar US\$ 1,114 bilhão de uma das linhas de crédito do Fundo. A quantia será acrescida às reservas cambiais, mas não poderá ser usada no mercado de câmbio.

A última vez que o Brasil sacou dinheiro do pacote internacional foi em 6 de abril. Na ocasião, a retirada foi bem maior, de US\$ 4,98 bilhões, também incorporados às reservas em moeda estrangeira. Serviu para acalmar o mercado financeiro, doméstico e externo, que ainda vivia as incertezas sobre a política econômica depois da desvalorização do real. O Ministério da Fazenda também anunciou que nos próximos dias 14 e 20 estará pagando outros US\$ 5,1 bilhões dos recursos sacados anteriormente do mesmo pacote externo.

Inflação – O governo federal terá que consultar o FMI caso a inflação ultrapasse metas fixadas para todo o ano 2000. Isso significa que, se os preços saí-

rem de controle, o Fundo vai opinar até sobre a taxa de juros interna, segundo a última versão do acordo apresentada ontem pelo Ministério da Fazenda. A meta é fechar o ano que vem com inflação de 6%. Até lá, foram fixados índices trimestrais, dentro dos quais a inflação deverá variar. Assim, em março, a taxa acumulada nos 12 meses anteriores deverá ser de 7,5%. Em junho, de 7% e, em setembro, de 6,5%.

A partir de agora, a luz amarela já acenderá toda vez que a inflação ficar um ponto percentual acima dessas marcas – é o que o governo está chamando de banda estreita. Se isso ocorrer, necessariamente a equipe econômica terá de dar explicações ao segundo escalão do FMI. Mas, se a inflação superar as metas em dois pontos, não só o país perde o direito de sacar novas parcelas dos recursos do FMI, como o governo deverá prestar esclarecimentos aos diretores do organismo.

■ O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Amaury Bier, confirmou ontem que o governo estuda criar uma nova contribuição sobre o preço dos combustíveis no próximo ano, independente da reforma tributária. O tributo serviria para compensar a perda de receita do Tesouro Nacional.

JORNAL DO BRASIL

03 DEZ 1999